

# EN FACE AO CONCLAT

A crise mundial e as tarefas dos trabalhadores combativos



A crise capitalista tem aberto uma profusa discussão na esquerda marxista sobre as suas causas e desenvolvimento. O análise detalhado da crise excede esta publicação, mas o que tentamos aqui é, a partir de alguns rasgos fundamentais, aportar a discussão sobre as tarefas, o programa e a estratégia dos revolucionarios em face desta. Nosso objetivo central é contribuir ao debate com a vanguarda brasileira e argentina, fundamentalmente no que tem a ver com a necessidade imperiosa duma política e ação proletária internacionalista.

A crise grega é uma expressão do aprofundamento da crise capitalista; o desenvolvimento da concorrência interimperialista e as políticas do imperialismo para descarregar a crise, que têm epicentro nas metrópoles, em os seus concorrentes, aproveitando a ofensiva contra a classe operária e expondo ao mesmo tempo a maior fraqueza dos “elos fracos” da cadeia imperialista, como a Grécia, a Espanha e o Portugal.

Em América Latina, o imperialismo yankee é determinado a “defender” o seu “pátio traseiro” para avançar no submetimento e numa maior intervenção imperialista nos assuntos econômicos e políticos do sub-continente. Isto tem sido demonstrado em Honduras, em Haiti, etc. A demagogia da “ajuda humanitária” ou da “intervenção em nome da democracia”, etc. apoiada na IV frota e nas bases militares, não é outra coisa que a tentativa de unificar a América Latina sob a hegemonia de Wall Street em detrimento da Europa.

Os Estados semicoloniais são expostos á uma rapinagem mais agresiva do imperialismo, já não só através dos “organismos multilaterais de crédito” (o FMI, o BM) mas através dos mesmos laços econômicos de dependência do imperialismo.

Na América Latina a situação é também marcada pelo processo inflacionário que golpea as economias semicoloniais dependentes da exploração das matérias-primas. Mais precisamente, este dependencia, e os danos que gera, não significa que o poder de valorização de capitais que têm as semicolonias seja de menor interesse. Ao contrário, o patrimônio das semicolonias (sob a atual divisão mundial do trabalho) que é a produção de matérias-

primas e produtos semielaborados é o objetivo do imperialismo para o médio e curto prazo. Daqui não só a maior intromissão yankee na região mas também os anelos da UE por retomar as relações com o Mercosul.

O Estado brasileiro e o governo Lula (como tem mostrado a sua intervenção em Haiti, Honduras, etc.) tem sido o interlocutor fundamental da política do imperialismo yankee na região. O plano do imperialismo é o controle da região usando ao Brasil como instrumento, no mesmo tempo que manter a ordem burguesa no país. O plano de Lula é assegurar os negócios da burguesia brasileira que quere uma posição dominante na exploração do seu próprio país, mas que ao mesmo tempo é ligado por um e mil laços ao imperialismo.

## Um “marulhinho” contra a classe operária

Os golpes da crise capitalista desnudaram também a demagogia de Lula, que pressagiava que a crise chegaria as praias do Brasil só “como um marulhinho”, tentando enganar a classe operária. O “marulhinho” é uma grande onda que, ao igual do que no resto do continente, golpea a classe trabalhadora e ao povo pobre.

O governo Lula optou por a receita que aplicam os distintos governos capitalistas: um forte investimento do Estado para sustentar aos capitais e um ataque direto á classe trabalhadora. A demagogia populista do programa Bolsa Familia não pode ocultar estes fatos. Recentemente, o

Ministério do Trabalho antecipou que planeja cortar o seu orçamento 2010 em 10.000 milhões de reais adicionais (quase 5.500 milhões de dólares). Desde o início da crise houve mais de 1,2 milhões de demissões e a massa salarial caiu num 3,8%. O governo Lula tem usado as reservas do Estado para sustentar aos grandes capitais com milhões de reais diários. Lançou também o plano de “renúncia fiscal”, uma série de isenções de impostos aos patrões.

As “vantagens comparativas” do Estado e da economia brasileira para enfrentar a crise têm sido, por um lado, uma abundância de capitais na situação prévia á crise, uma enorme liquidez do sistema financeiro nacional e além disso é o país com o maior Investimento Estrangeiro Direto (IED) da América Latina.

Atualmente a taxa de investimento cresce 2,5% mais do que o PBI (20% contra 7% ao ano). A base fundamental deste investimento é determinada pelos planos do imperialismo para usar ao Brasil como ponto de apoio para dominar a região e por a elevada produtividade: “na indústria incrementa-se no 3% ao ano desde 2002, e na agricultura ainda mais: 4,7%” (1). **O famoso “milagre brasileiro” é baseado numa superexploração da mão-de-obra.**

Porém, o aumento da penetração imperialista no Brasil nas ultimas décadas tem feito a nação mais vulnerável.

As indústrias e os sectores privatizados parcial ou totalmente soman-se ao novo marco de regulamentação do “per-sal” (o descobrimento do petróleo na costa brasileira).



O governo apresenta ao per-sal como “a segunda independência” do Brasil, porém o novo marco determina que a Petrobrás terá o controle do 30% das reservas, enquanto o 70% restante será das empresas privadas. Este é um excelente negócio pelas multinacionais e também pelo Estado brasileiro que precisa do dinheiro para seguir sustentando aos capitalistas.

Se bem que o Brasil tem agora uma fraca “recuperação”, não pode escapar das tensões mais gerais produto da crise.

Por outro lado, a rentabilidade das empresas exportadoras tem caído num 20% nos últimos três anos enquanto o nível das importações cresce ao dobro. Isto vem gerando um importante déficit fiscal que é financiado quase totalmente pelas IED. Ou seja, o governo Lula precisa imperiosamente, como o argentino ou os da América Latina toda, atrair capitais.

Brasil não escapa (não pode) as disputas interimperialistas, é por isso que o governo Lula aposta à continuidade da linha de descarregar a crise nas costas da classe operária: com uma maior estatização dos Sindicatos (2); o aumento da idade da aposentadoria; um projeto de lei para liberar a terzerização da cadeia produtiva toda, uma baixa no salário e um ataque a estabilidade de trabalho dos funcionários.

A crise determina, também, a necessidade dos magnates imperialistas de laços diretos e práticos com os governos da região acentuando a penetração e dominação imperialista.

## O engano electoral

O 3 de outubro serão as eleições gerais em Brasil. A política do governo e a burguesia é meter aos trabalhadores e ao povo neste engano.

Porém as eleições, neste marco já descrito, fazem que os candidatos se desvelam por apersentar-se ante o amo imperialista como o seu melhor representante.

Lula e sua candidata Dilma Rousseff mostram isto diariamente e fazem de novo uma piscada a burguesia e ao imperialismo concretizando uma alianza com o PMDB. O “opositor” Serra (o candidato do PSDB) apersenta-se como o “continuador da política do governo”. Os analistas burgueses têm acordo no fato que os dois principais candidatos “são vistos como figuras que vão favorecer o rol de intervenção mais forte do Estado na economia” (léia-se a benefício da burguesia).

As políticas de Marina Silva do PV e Ciro Gomez do PSB não são diferentes em nada das políticas do governo. A maioria das correntes da esquerda que reivindicam-se trotskystas têm caído de novo neste engano tentando participar na mesma, mas não para conquistar um ponto de apoio secundário na luta extraparlamentar das massas, nem para propagandear um programa e uma estratégia revolucionaria que faça pagar aos capitalistas pela crise, mas procurando alguna alianza para atrair mais votos. Assim, enquanto Heloísa Helena do PSOL, apoiada pelo MES e o MTL, procura virar para direita com um acordo com Marina Silva e o PV, o PSTU faz o próprio tentando fazer um acordo com o PSOL para reviver “o frente da esquerda” de 2006.

A diplomacia estabelecida nas Teses apersentadas pela Conlutas e a Intersindical ao CONCLAT, expressam, entre outras coisas, a tentativa de avançar numa fusão das duas centrais que seja um trampolim para um acordo eleitoral. Nenhuma dessas Teses denuncia os mecanismos de engano do regime democrático burguês nem o caráter de classe deste regime.

As Teses da Conlutas dizem ao contrário que o CONCLAT deve rejeitar “a falsa polarização entre Dilma (PT/PCdoB) e Serra (PSDB/DEM)”, para “fortalecer um terceiro campo, socialista e da classe trabalhadora” com um claro programa eleitoral para compor ese campo.



## A luta deve ser antiimperialista

O CONCLAT (4) vai reunir sem dúvidas um importante setor da vanguarda operária brasileira. No entanto, seus principias convocantes não pensam orientar esa vanguarda no camino dum luta decidiva e concreta pela liberação de nossas nações das garras do imperialismo. Para lá de algumas frases em aparência radicais em torno do internacionalismo proletário, toda a política centra-se no chamado para impulsar campanhas de solidariedade em geral, como o apoio ao povo haitiano.

As Teses de Conlutas dizem que é preciso: “*Buscar coordenar internacionalmente as lutas dos profissionais da educação, dos metalúrgicos, dos petroleiros, do movimento popular, da juventude, entre outros setores, deve ser a nossa grande tarefa.*” Além de não dizer quais são os objetivos concretos, devemos dizer que não têm falhado oportunidades para uma ação conjunta dos setores do proletariado brasileiro e do resto da América Latina. Enquanto os trabalhadores metalúrgicos de São Jose Dos Campos (cujo sindicato é dirigido pela CONLUTAS) lutavam contra o ataque capitalista e sua onda de demissões, também lutavam os operários metalúrgicos da Argentina. O mesmo aconteceu com a luta do ano passado pelas “paritarias” em Argentina e as campanhas salariais no Brasil. Não houve mesmo um chamado da CONLUTAS para iniciar uma luta comum contra os mesmos patrões imperialistas que exproaram a mão-de-obra nos dois países e no resto do continente. A unidade internacionalista dos trabalhadores da Argentina e do Brasil e suas organizações sindicais, para atacar também ao Mercado Comum capitalista que tentam fortalecer os governos Lula e CFK, com o apoio de Chávez, para benefício das suas respectivas burguesias nativas e os negócios imperialistas em detrimento da classe operária.

Junto à revolução agrária, a tarefa da classe operária brasileira é libertar a nação das garras do imperialismo, mesmo para conquistar uma verdadeira unidade nacional, já que a burguesia brasileira tende a ser continuamente a questionada sob o peso do desenvolvimento desigual capitalista de cada estado e sob a pressão imperialista. Uma verdadeira unidade só poderá ser conquistada libertando ao conjunto da nação das garras do imperialismo.

A liberação nacional é uma questão de Estado, que só pode ser resolvido pela destruição do semiestado burguês e a imposição dum verdadeiro Estado Operário soberano. Só a vitória da revolução da revolução proletária pode assegurar a unidade nacional “contra a dupla opeção da burguesia brasileira e da burguesia imperialista”.

## Impulsemos uma grande ação operária internacionalista

É preciso organizar a vanguarda operária tras a necessidade dum luta mancomunada contra o imperialismo, para que o proletariado, acaudilhando aos sectores pobres do campo e da cidade avance na sua luta pela liberação nacional procurando e concretizando uma luta comum com seu principal aliado: o próprio proletariado dos EEUU e da Europa, para enfrentar os seus próprios governos.

Os trabalhadores latinoamericanos devemos impor, com assembleias, que os sindicatos não só falem mas façam uma grande ação antiimperialista como parte da luta pela liberação nacional, a ruptura com o imperialismo, a expropriação de suas propiedades sob controle operário e a expulsão de suas tropas do continente todo.

**Os sindicatos dirigidos pela Conlutas e a Intersindical podem organizar e votar delegações que viajem já à Grécia e à Espanha para dar apoio aos trabalhadores desses países que hoje lutam contra as políticas do imperialismo e dos governos “socialistas” de Papandreu e Zapatero que querem descarregar a crise nas costas da classe trabalhadora.**

Depois dos EEUU e a Holanda, a Espanha é o terceiro país com mais investimento no Brasil e o primeiro destino do investimento espanhol em América Latina. São muitas as empresas espanholas em diferentes áreas (5), telecomunicações, siderurgia, metalurgia, construção, energia, favorecidas pela “renúncia fiscal” de Lula (6). **Os sindicatos dirigidos pela Conlutas e a Intersindical poderiam impulsar também o chamado aos trabalhadores das empresas do imperialismo espanhol para paralisar a produção e toda medida de solidariedade com os trabalhadores espanhóis contra o plano Zapatero em Espanha e contra o saqueio imperialista em América Latina.**



## Frações revolucionarias para recuperar os sindicatos

Nas Teses da Conlutas diz: “O Congresso de Unificação deve colocar no centro das suas tarefas a disputa da consciência dos trabalhadores: convencê-los da necessidade de preparar as mobilizações para derrotar os planos de ajustes que virão.” O PSTU coloca aqui a consciência dos trabalhadores como um ente que atua no vazio e que não tem expressão em instituições concretas e suas direções. Os trabalhadores têm saído e saem a lutar não “contra os planos de ajuste que virão” mas contra o ataque que implanta-se a diário HOJE contra a classe operária. Os limites impostos á estas lutas são postos pelas direções sindicais reformistas de todo pelagem, como vemos também em Grécia.

Com base em esta logica oportunista, as Teses da Conlutas só falam de “centrais sindicais governistas, como a CUT, Força Sindical, CTB e a UNE”, mas sem fazer nenhum chamado por derrotá-las, por que os trabalhadores recuperem os seus sindicatos de mãos destes traidores. Por isso, todas as frases sobre a derrota da burguesia nas teses da Conlutas ficam no ar pois a burocracia sindical é o principal instrumento de opressão do Estado burgues e portanto, para arrancar o poder das mãos da burguesia é preciso derrocar o seu principal agente: a burocracia sindical. **Achamos que uma tarefa de primeira ordem pela vanguarda operária, e particularmente da Argentina e do Brasil, é organizar frações revolucionarias nos sindicatos para recuperara esas organizações e transformá-las em ferramentas do movimento revolucionario do proletariado.**

As Teses da Conlutas e da Intersindical iludem esta imperiosa tarefa e não é casual que assim seja pois não propõem combater à burocracia sindical no seio das organizações operárias que elas dirigem, mas elas se reduzem á um novo experimento organizativo “o grande problema político de como libertar as massas da influencia da burocracia sindical”.

Mas, além disso, a confusão que apersentam à vanguarda operária é tal que falam paralelamente da necessidade de lutar pela independência dos sindicatos do Estados capitalista enquanto promueven a formula anarquista e sindicalista de “autonomia sindical” ou com dissimulação a fórmula burocratica e não classista de “independência politica” dos sindicatos. A independência dos sindicatos do Estado capitalista não significa apenas lutar contra as leis burguesas que ligam as nossas

organizações à tutela do Estado, nem contra o financiamento do Estado das organizações sindicais, mas também lutar por converter aos sindicatos em organismos das grandes massas exploradas, o que significa uma luta continua contra a aristocracia e a burocracia operárias. Mas, também, **sem a direção politica dum partido revolucionario, a independencia dos sindicatos do Estado é impossivel** pois “a autonomia sindical” ou a “independência politica” dos sindicatos é uma formula que anula à anterior tarefa. Ao anular esta tarefa, também anula-se a possibilidade de uma verdadeira democracia sindical que desprende-se diretamente da independência do Estado dos sindicatos.

A verdadeira estratégia dos principais convocantes ao CONCLAT é a conformação duma “Nova Central” que coordene aos sindicatos recuperados e movimentos sociais pela sincronização de ações fora das fábricas (como é demonstrado pelas propostas de ações mensuais da Intersindical) para criar um enorme caos de tipo anárquicos na ideia de gerar um contra poder para se ubicar como asa esquerda do regime (ou como “terceiro campo” eleitoral entre Dilma e Serra), ideia muito longe da luta pelo poder. Esta linha centrista é possível já que os convocantes acham que é preciso “transcender o terreno da produção” (como expresam as discussões em tono ao caráter e o nome que deve ter a “Nova Central”) abstraindo a luta de classes do seu terreno por excelencia que é precisamente a produção mesma. Ao ver só “formas mais ou menos democraticas” de organização nos sindicatos e não ver a importancia de recuperá-los para controlar a produção e lutar pelo poder, ou seja, tendo em conta o momento de crise atual e tentar quebrar a vontade da burguesia. O PSTU é incapaz de adquirir um norte revolucionario.



## “Nova central sindical” ou Central Operária Unica?

Quase todos os participantes do CONCLAT, com distintos argumentos e balanços, coincidem que, neste caso, a vanguarda deve organizar uma nova Central Sindical. Em Brasil existem já ao menos 11 centrais sindicais registradas. Uma nova central sindical não faria mais que aportar (mesmo si se fusionassem a Conlutas e a Intersindical) uma maior atomização das forças do movimento operário, além de dividir à vanguarda do resto da classe operária. É preciso contrapor uma política revolucionaria à dos reformistas lutando por **recuperar a CUT** e avançar na unidade das filas operárias numa **Central Operária Unificada**. Claro que esta unidade não é a mesma que ocasionalmente agitam os reformistas e consiste num acordo de cupulas. A luta pela unidade das centrais sindicais numa Central Operária Unificada nacionalmente implica o impulso da luta por recuperar os sindicatos, impulsar congressos regionais e estaduais com a participação dos trabalhadores contratados e desempregados, com delegados elegidos em assemblea e com mandato e um **Congresso Nacional de delegados**, que vote um programa para que a crise seja pagada pelos capitalistas e que expulse à burocracia governista das organizações sindicais.

Se bem que as centrais atuais não organizam ao conjunto das massas operárias, organizam sim um importante número de trabalhadores que supera por miles e miles aos organizados na Conlutas e a Intersindical e achamos que o que se precisa não é ter uma maioria sindical segura numa pequena central sindical isolada, nem de lhes oferecer as massas outro lugar onde se dirigir, mas precisamos ir buscar esos milhões de trabajadores onde eles estão.

Por outro lado, o que é que oferece de “novo” esta nova central sindical proposta pela Conlutas e a Intersindical se já seu Congresso de fusão não quiere discutir um balanço das lutas dirigidas por esas centrais? As teses da Conlutas fazem um “balanço” geral onde diz que o seu acionar a Conlutar reafirmou o seus principios (mesmo se não ousa dar um exemplo), para acabar “reconhecendo os seus limites” (sem dizer quais) “*determinados pelo estadio da luta de classe em nosso pais e por ser uma organização minoritaria*”.

Porém, como pode ser uma alternativa de direção à burocracia sindical uma corrente que não faz publico um balanço frente ao CONCLAT de pelo menos as principais lutas que tem dirigido? A quais conclusões chegam aqueles que querem dirigir ao proletariado, ao menos sobre as demissões feitas pelos patrões da GM ou as de Embraer, cujo sindicato dirigem, ou a greve do Sintusp (7) que também dirigem? As verdadeiras “limitações” da Conlutas e da Intersindical são determinadas, não pelo estadio da luta de classes, mas por sua adaptação ao regime e ao frentepopulismo do PT, por seu programa de “reformas radicais” e de pressão ao Estado e ao governo, por seu ultimatismo no terreno da organização sindical, por sua negativa á combater e derrotar à burocracia sindical da CUT, FS, etc., por seu nascimento expresado no seu programa e oculto tras propostas abstratas de internacionalismo proletario.



## Programa de pressão ao Estado burgues ou programa de transição ao socialismo?

A LIT (corrente internacional a que pertence o PSTU) tem publicado recentemente uma declaração pela Grécia. Na mesma pode-se ler: "... são necessárias organizações que intervenham nas lutas com um programa transitorio de reivindicações (...). A LIT é empenhada para esta perspectiva". (8) No entanto, ao parecer, o "empenho" da LIT limita-se ao papel pois ali onde tem a possibilidade mais concreta de realizar esta tarefa, como em Brasil, a esquiva. Como dizia Trotsky, o Programa de Transição "não é só um programa pela atividade do partido, mas a grandes traços é o programa pela atividade dos sindicatos" (9). O PSTU, que dirige maioritariamente a Conlutas, longe de apersentar um programa de reivindicações transitorias para o socialismo e pela atividade nos sindicatos, apersenta um programa só de reivindicações... de pressão ao governo e ao Estado burgues. O programa que o PSTU impulsa é uma soma de palavras de ordem mínimas e imediatas, que incluem a reforma agrária, palavras de ordem contra a discriminação, proposta pela restatização e a defesa do meio ambiente, "coroado" por "uma sociedade socialista". Ou seja, a velha pratica morenista de reduzir o programa à adição de palavras de ordem democráticas, económicas e estruturais e o socialismo para um futuro indeterminado.

Os golpes da crise capitalista atual poem à classe operária e suas organizações frente ao problema mesmo da sobrevivência da classe.

O capital acumulado pela nação está nas mãos dos capitalistas lacaios que só procuram entregá-lo ao imperialismo como seus sócios menores. A riqueza da nação, acumulada com o trabalho de gerações e gerações de trabalhadores, deve ser protegida do acionar do imperialismo expropriando e poendo sob controle operário os principias ramos industriais.

É preciso dotar à classe operária dum programa que deve contemplar entre as suas principais medidas a escala móvel de horas de trabalho e salário, la luta pela confromação dum comição de controle de preços para estabelecer o minimo salarial, a abertura dos livros da contabilidade e a abolição do segredo comercial, o control operário da produção e a imposição aos sindicatos da autodefesa operária, a expropriação das multinacionais, etc. Todo isto deve ser combinado indissolúvelmente com o controle

operário dos diferentes ramos, onde seja imposta ja pela força da economia e não só da política um poder operário que execute o necessario plano econômico no caminho da transição ao socialismo.

Em sintonia com isto, devemos impor o não pago da dívida externa e a expropriação sob controle operário do sistema bancário, a expropriação de todo capital existente e necessario para garantir a reprodução da vida social.

Este programa deve reconhecer também a necessidade de impor uma revolução agrária que através da socialização e racionalização do uso das terras, solucione o cada dia mais grave problema da propriedade da terra. A revolução agrária é um paso essencial neste programa de saída não só a crise, mas da ruptura com a opressão imperialista.

Só um governo revolucionario dos operários acaudilhando aos sectores pobres do campo e da cidade, dispostos a lutar contra todos os exploradores pode aplicar este programa, completá-lo, desenvolvé-lo e superá-lo pela via socialista. Para o proletariado isso significa conquistar o poder.

## E a ditadura do proletariado?

Na sua adaptação ao regime, o PSTU e a LIT sustentam a teoria revisionista de Moreno e a revolução em etapas. Tem substituído também ao proletariado como sujeito social da revolução pela revolução mesa, o que léva também para uma revição do rol da vanguarda proletaria organizada em partido revolucionario que deve se limitar a aguardar que as condições objetivas levem as massas a lutar pelo socialismo. Assim, eles tem feito desaparecer também à luta pela ditadura do proletariado como regime transicional entre o capitalismo e o socialismo. Só falaz da luta pelo socialismo de forma abstrata e para um futuro indeterminado evidenciando que a sua logica é a conquista desta estratégia pela via parlamentar.

Por isso, o seu progrma de "reestratização sob controle dos trabalhadores" sem dizer siquer que governo faria essas medidas, não é outra coisa que uma pressão ao governo tras a ideia utopica de que a burguesia poderia se-expropriar ela mesma.

A luta por organizar uma insurreição vitoriosa para destruir em forma revolucionaria ao Estado burgues e impor um Estado Operário, a ditadura do proletariado em Brasil como parte da luta por a Federação de Estados Operários de America Latina

deve ser o norte estratégico do proletariado do Brasil, o mais importante do subcontinente.

## Novo PT ou Partido Revolucionario?

O desenvolvimento político da classe trabalhadora brasileira das ultimas décadas tem marcado fortemente à esquerda. Os grupes mais importantes que se reivindicam trotskystas tem adotado de fato como estratégia a construção dum PT (incluindo grupes menores como a LER-QI —organização irmã do PTS da Argentina). Tentam assim repeter a história da formação do PT de Lula, procurando uma figura sindical aglutinante e usando a influencia sindical que tem ao serviço desa estratégia. Para isso já tem o programa: o PT dos origems. As teses da Conlutas e a Intersindical para o CONCLAT expresam acabadamente esta afirmação tentando inclusive agrupar dentro da "Nova Central" aos movimentos sociais, aos movimentos camponeses, aos estudantes e procurando a conformação do PT, e sonhando com chegar ao socialismo (agora sim) pela via parlamentar para completar a tarefa que Lula deixou inacabada. No terreno sindical nada tem de diferente ao projeto original do PT: "Nós chegamos à conclusão que o sindicato devia ser autonomo, independente do Estado e também dos partidos políticos". Estas afirmações, que parecem calcadas das Teses da Conlutas ou da Intersindical são de Djalma Bom (10). Os centristas brasileiros siguem pensando que "o sonho é possível".

Por isso, as frases sobre a necessaria independência política da burguesia são um eco sem sentido tras esta estratégia pois, como dizia Trotsky: "A independência das influencia da burguesia não pode ser um estado passivo. Soamente se expresa por méio de atos políticos, ou seja, por méio da luta contra a burguesia. Esta luta deve se inspirar num programa claro, que requiere uma organização e táticas para sua aplicação. A união do programa, a organização e as táticas forman o partido. Neste sentido a verdadeira independência do proletariado do governo burgues não pode se concretar ao menos que execute sua luta sob a condução dum partido revolucionario e não dum partido oportunista". (11)

A classe operária brasileira precisa forjar na luta um forte partido revolucionarios, seção nacional da IV Internacional reconstruida sobre bases principistas, que conduza ao proletariado, acaudilhando aos sectores oprimidos do campo e da cidade, para a conquista do poder.



(1)Clarín. 2.5.2010

(2)O Forum Nacional do Trabalho discute uma reforma laboral que implica que as decisões e la legalidade sindical passem diretamente a mãos das Centrais Sindicais

(3)Marina Silva, ex PT, afirma que "Nós temos uma política económica baseada no trípede do superávit primario, a política cambiaria e o controle da inflação a partir de metas. Durante um tempo isso foi chamado política neoliberal, porém últimamente não vi mais esse termo associado á essas três ferramentas. Elas devem ser mantidas, reorientando o processo". Notícias 24. 5-4-2010.

(4)O 5 y 6 de junho reunirão se o CONCLAT (Congresso da Classe Trabalhadora) tentando fusionar a Conlutas e a Intersindical.

(5)Importantes multinacionais exploram mão-de-obra em Brasil. Empresas como Arcelormital, Sidenor, Bellota (com plantas também em Venezuela e México) etc.

(6)A Oficina Económica e Comercial da Embaxada da Espanha em Brasília afirma que em 2009 o investimento espanhol em Brasil tem elevado ao 51,8 % do total de Latinoamérica e aclara, entre as razões que beneficiam o investimento, Brasil "conta com custos de trabalho moderados e uma boa calificação da mão de obra", enquanto nota que entre os "problemas relevantes" para esse investimento encontrariam-se "a complexidade do sistema fiscal e a rigidez da legislação de trabalho, e também alguns casos de insegurança jurídica".

(7)Sindicato dos trabalhadores da Universidade de São Paulo.

(8)"A bancarrota do capitalismo. Um fantasma recorre a Europa". Davide Margiotta - PdAC Italia. 11.5.2010